

---

# OS INIMIGOS DA NAÇÃO: A LIGA BRASILEIRA PELOS ALIADOS E OS DISCURSOS SOBRE O “PERIGO ALEMÃO” DURANTE A GRANDE GUERRA (1915-1919)

## THE NATIONAL ENEMIES: THE BRAZILIAN LEAGUE FOR THE ALLIES AND THE IDEAS ABOUT THE “GERMANY DANGER’ IN THE GREAT WAR (1915-1919)

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2015.1.19878>

Livia Claro Pires  
Mestre em História Política UERJ  
liviaclarop@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar os discursos da Liga Brasileira pelos Aliados sobre o “perigo alemão”, e, dessa forma, entender as ideias e construções da associação acerca da identidade nacional brasileira. A Liga pelos Aliados foi fundada em 1915, tendo à frente importantes nomes da cena intelectual carioca e nacional, como José Veríssimo, Graça Aranha e Rui Barbosa. Atuou ao longo dos anos de guerra como um polo de propaganda dos países da *Entente* em solo brasileiro, divulgando textos na imprensa fluminense e promovendo eventos beneficentes na capital federal. No entanto, seus discursos guardam mais do que a promoção da “causa aliada”: exprimem uma preocupação com a definição da identidade nacional. Tais ideias tornam-se evidentes quando a entidade edificou uma fala pungente contra os imigrantes de origem germânica residentes no Brasil, estendendo aos seus núcleos não apenas a antipatia dirigida ao Império Alemão, como a desconfiança quanto à sua participação num plano de fragmentação e dominação do território brasileiro. A partir da construção do “outro”, da figura a ser excluída do seio da comunidade, a Liga Brasileira pelos Aliados expôs o que acreditava serem os aspectos de compatibilidade e reconhecimento, do que definia o brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primeira Guerra Mundial. Intelectuais. Nacionalismo

**ABSTRACT:** This article intends to study the Brazilian League for the Allies’ discourse about the “German Danger” and understand its ideas about the Brazilian national identities. The Brazilian League for the Allies set up at 1915, led by prominent personalities of national intellectual scene, as José Veríssimo, Graça Aranha and Rui Barbosa. They acted during the war as an important centre of Allies propaganda in Brazil. They published many papers on Rio de Janeiro’s press and promoted charitable events at federal capital. However, the association intended to promote not only the Allies cause, but a national identity for Brazil. Their ideas about this subject became evident when they started to put down the Germany immigrants in Brazil and their descendants, along the German Empire. The League suspected that these people were trying to dominate part of the Brazilian territory and ruled on its own. On the basis of this fear and the definition about the “other”, which wasn’t belonging to the national community, the Brazilian League for the Allies defended what they believed as a definition about the national identity, what was the meaning of being Brazilian on the first decades of the XX century.

**KEY WORDS:** First World War. Intellectual. Nationalism.

## INTRODUÇÃO

No ano de 2014, a Europa lembrou o centenário da Primeira Guerra Mundial. E não apenas o Velho Continente: Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália, dentre outros países, recordaram o conflito que mudou mentes, corpos e espaços. No Brasil, único país sul-americano a integrar o grupo de beligerantes, pouco se falou a respeito da data comemorativa, fosse na grande mídia, fosse na comunidade acadêmica.

Na historiografia brasileira, tanto a participação, quanto os impactos sofridos pelo país entre os anos de 1914-1918 são pouco analisados. De forma geral, os estudos sobre a Grande Guerra e seus desdobramentos no Brasil concentram-se nas consequências econômicas e políticas vistas nos anos 20. Há um expressivo cabedal de fontes históricas – sobretudo na imprensa – para a proposição de estudos diversificados sobre o período, iluminando objetos ainda pouco pesquisados.

A presente análise junta-se a outras que, recentemente, estão sendo elaboradas sobre o impacto da Primeira Guerra entre os diferentes setores da sociedade brasileira daquele momento. Nesta etapa – parte de uma pesquisa maior, ainda em desenvolvimento – o exame foca a atuação da Liga Brasileira pelos Aliados, grupo formado, principalmente, por intelectuais brasileiros localizados no Rio de Janeiro, cujo primeiro objetivo era divulgar a causa dos países da Entente no país. O estudo privilegia, dessa forma, os desdobramentos da guerra sobre a intelectualidade brasileira, analisando seus discursos e posicionamentos, buscando, assim, analisar de forma contundente a corrente afirmação de que a maioria dos homens de letras do país dirigiram seu favoritismo à França e seus aliados.

Para isso, foi utilizado, sobretudo, o material publicado na imprensa fluminense do período. Os artigos, os discursos transcritos, a propaganda foram buscados nas páginas dos jornais de grande circulação à época, e não apenas por ser o principal veículo de comunicação da Liga pelos Aliados com o público em geral. Na imprensa fluminense, ocorriam profícuos debates, divergência de opinião, não apenas em relação às ações da referida entidade, mas, também, por discordâncias acerca dos favoritismos expressos em relação aos combatentes e, às análises da guerra feitas por seus publicistas. Tais escritos evidenciam não haver uma homogeneidade tanto por parte dos leitores, quanto dos colaboradores daqueles periódicos sobre o conflito europeu, rompendo com o paradigma tradicional da irrestrita preferência brasileira pelos Aliados. E que, mesmo entre os que a proclamavam, havia diferentes interpretações sobre as atitudes e afirmações de seus campeões.

Ou seja, há uma gama rica e diversa de assuntos sobre os reflexos da Primeira Guerra Mundial no Brasil, esperando por pesquisas aprofundadas. Algo que o presente artigo pretende contribuir um pouco para a sua elucidação.

## HOMENS DE AÇÕES E PALAVRAS

Na Casa Garnier, em 19 de Fevereiro de 1915, teve lugar o que se pode chamar a ‘conferência dos quatro’: eram estes os Srs. Elyseu Montarroyos, José Veríssimo, Graça Aranha e eu. Ficou deliberado nessa conferência que se constituiria uma associação para a defesa moral da causa dos Aliados [...] (CARVALHO, 1916, p. 5).

No dia 17 de março de 1916, o escritor Antônio Reis Carvalho publicava as palavras acima, em um boletim no *Jornal do Comércio*. O texto marcava o aniversário de um ano da Liga Brasileira pelos Aliados, descrevendo aos leitores do periódico carioca como se concebera a ideia de fundar a aguerrida e polêmica associação, que buscava defender perante os brasileiros, como bem escreveu Carvalho, as ações de França, Inglaterra, Rússia e seus coligados durante a Primeira Guerra Mundial.

A Liga Brasileira foi iniciada no ano de 1915, na cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa original partira do funcionário público e professor Augusto Araújo Gonçalves, um ferrenho defensor da França no conflito mundial<sup>1</sup>. Sua disposição de contribuir para as ações da *Entente* encontrou eco no capitão do Exército Eliseu Montarroyos, e em Reis Carvalho. Este prontamente contactou o crítico literário José Veríssimo, que, desde os primeiros dias do conflito, escrevia favoravelmente aos Aliados, em suas crônicas do periódico *O Imparcial*<sup>2</sup>. Veríssimo trouxe a contribuição do diplomata Graça Aranha, entusiasmado defensor das ações francesas na guerra. Formou-se, assim, a *conferência dos quatro*, aludida acima por Reis Carvalho.

Em comum, esses cinco homens possuíam uma intensa atividade intelectual, um republicanismo latente e um nacionalismo fervoroso, tal como se apresentava em grande parte

---

<sup>1</sup> O empenho de Antônio de Araújo Gonçalves em auxiliar a França na guerra fez com que o burocrata se alistasse nas fileiras do exército francês, como voluntário. Uma vez sua oferta negada, encontrou, provavelmente, na fundação da Liga uma forma de oferecer seus préstimos aos franceses.

<sup>2</sup> Desde o início da eclosão da guerra, José Veríssimo pôs sua pena a serviço dos Aliados. Seus artigos de opinião sobre o conflito europeu eram publicados regularmente no referido jornal fluminense, defendendo às razões e desempenho da *Entente*, e reprovando a Tríplice Aliança. Para Veríssimo, a culpa pela situação de beligerância em que se encontrava o Velho Continente devia-se à negligência com que foram tratadas pelas potências tradicionais as atitudes militaristas e expansionistas da Alemanha. No dia 3 de agosto de 1914, dias após a declaração de guerra entre França, Rússia, Alemanha e Áustria-Hungria, o famoso articulista publicara n’*O Imparcial* a crônica *Se vis pacem para pacem*, condenando a corrida armamentista em que se jogaram os países da Europa. No entanto, tal situação havia sido, segundo o autor, uma reação à política belicosa do Império Alemão. Este argumento tornou-se a principal tese de seus escritos sobre a guerra, sendo incorporado aos textos da Liga Brasileira pelos Aliados, enquanto esta se manteve sob a sua batuta. Os artigos de Veríssimo figuraram nas primeiras páginas d’*O Imparcial* até a sua morte, em fevereiro de 1916.

do meio letrado brasileiro da década de 1910. Os “mosqueteiros-intelectuais” dos anos 1870 mesclaram-se à “boêmia dourada” no alvorecer do século XX<sup>3</sup>. Desse encontro, formou-se uma intelectualidade preocupada com os rumos da República recém-proclamada, ciosa da integração do país ao mundo moderno, e que tinha no pensamento modernizante, civilizatório e nacionalista a propulsão para refletir e engajar-se na realidade política, social e cultural brasileira.

Essas reflexões compartilhavam uma imagem do Brasil enquanto conjunto político e cultural, assentado sobre território, idioma e cultura estritamente delimitados, formando, assim, o que entendiam por identidade nacional<sup>4</sup>. No entanto, atestavam o país como uma comunidade em vias de modificação. As alterações deveriam ser feitas no sentido de unificar as diferenças regionais, aplacar as divergências, criando uma identidade coletiva a respeito do Brasil e do brasileiro. Por conseguinte, precisava renovar o sentimento de pertença entre os seus membros sobre bases que fossem interpretadas como *civilizadas*, definidas de acordo com os valores eurocêntricos.

---

<sup>3</sup> As expressões “mosqueteiros-intelectuais” e “boêmia dourada” são vistas nas análises de Nicolau Sevcenko e Brito Broca. Segundo Nicolau Sevcenko, o engajamento político, embasado nas teorias políticas e sociais europeias, torna-se obrigatório para a intelectualidade brasileira a partir da década de 1870. Tecer críticas às instituições imperiais, identificadas com o atraso e o ranço colonial, propondo mudanças progressistas, deu a tônica das ações dos homens de letras daquele tempo. A expressão “mosqueteiro-intelectual” foi cunhada pelos letrados cariocas, para expressar seus posicionamentos à época. (SEVCENKO, 1999, p. 77). Já “boêmia dourada” foi a geração posterior àquela dos anos de 1870. Brito Broca nomeou dessa forma os intelectuais cariocas que incorporaram os costumes da *Belle Époque*, ansiosos em expor uma áurea de sofisticação e de civilidade, de acordo com os moldes europeus, sobretudo franceses. Do vestuário, passando pela incorporação de hábitos estrangeiros (como o chá das cinco), até a inspiração literária vinda do Velho Continente, a “boêmia dourada” flanou pelas ruas do Rio de Janeiro e marcou seu estilo e sua participação na cultura e na política da Primeira República. (BROCA, 1960, p. 20-32).

<sup>4</sup> O uso do termo *identidade nacional* pela presente pesquisa exige algumas explicações. De acordo com Benedict Anderson, a nação é definida como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). Embora idealizada e apelativa ao sentimento de pertença despertado em seus membros, a construção da nação remete, segundo o teórico, a um processo racional. Neste, grupos sociais tomam para si a tarefa da elaboração das fronteiras nacional e da definição do *outro*, ou seja, daquele que não reúne as qualidades necessárias para integrar a comunidade. Sendo assim, as afirmações de Lúcia Lippi Oliveira sobre a gênese da identidade nacional brasileira tornam-se pertinentes a este estudo. Para a historiadora, “a identidade nacional, como todo processo de construção de identidade, tem uma dimensão interna na qual se acentuam os traços de similaridade e, ao mesmo tempo, uma dimensão externa que define uma diferença em relação ao outro”. (OLIVEIRA, 1990, p. 11-12) Reconhecendo as divergências existentes entre os estudiosos quanto à origem da identidade nacional brasileira, Oliveira admite a relevância da literatura e da atividade intelectual para a formação de uma consciência e de um sentimento nacional, bem como de sua divulgação. E aponta a década de 1870 como “um dos momentos de processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros [...]”. (OLIVEIRA, 1990, p. 79), devido à emergência de uma série de questões políticas e sociais que despertaram na intelectualidade do país a necessidade de reflexão sobre aspectos favoráveis e desfavoráveis à inserção do Brasil no coro das nações modernas. Os estudos de Eliana de Freitas Dutra vão ao encontro das conjecturas de Lúcia Oliveira a respeito dos *modernistas* dos anos 1870-1914 (OLIVEIRA, 1990, p. 81). Em sua análise sobre os literatos daquele período, Dutra identifica a latente preocupação destes indivíduos em determinar os aspectos da cultura nacional brasileira, “sem o que não haveria identidade possível”. (DUTRA, 2005, p. 82) Segundo a autora, estes homens buscaram, ao fim, “manipular um capital simbólico, explorar o campo da história e construir uma memória de forma a sustentar uma identidade nacional.” (DUTRA, 2005, p. 28).

O ideal de *civilização* foi perseguido nas principais capitais brasileiras desde meados do século XIX<sup>5</sup>. O padrão majoritário civilizacional foi, no entanto, imutável desde então, determinado pelo homem branco e europeu. Intelectuais e políticos brasileiros almejavam emparelhar Brasil e Europa em aspectos não apenas culturais, como políticos e econômicos.

No período monárquico, o propósito final era livrar-se dos emblemas da colônia, fincando as raízes europeias da monarquia recém-fundada nos brasões das dinastias dos Bragança, Bourbon e Habsburgo. Após a deposição de D. Pedro II, o caráter civilizado da nação brasileira prostrou-se aos pés do regime republicano, que, nesse sentido, mostrou-se mais ávido em provar o seu valor. A República brasileira almejou romper com o passado, construindo uma nova memória a partir do ano de 1889. A proposta do novo regime era derrubar os vestígios físicos da Colônia e do Império, impor a estética europeia a brasileiros e brasileiras, e, dessa forma, harmonizar-se com a “marcha para o progresso” da comunidade internacional. O marco desse processo civilizatório conduzido de cima para baixo, do Estado em direção à população, foram as reformas urbanas empreendidas nas principais capitais do país: São Paulo, Salvador, Porto Alegre, a construção de Belo Horizonte, e, no Rio de Janeiro, insígnia máxima das transformações pelas quais passava o país.

Capital federal, a cidade de São Sebastião sofreu drásticas alterações para cumprir seu papel de “vitrine nacional”. A famigerada reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos, iniciada em 1902, buscou apagar ou esconder os vestígios físicos daquele passado a ser esquecido, fossem construções, fossem pessoas. A cidade teve suas principais ruas alargadas e decoradas ao estilo Art-Nouveau, remoções forçadas da população negra e pobre, transferidas para os subúrbios precários e longínquos de seus postos de trabalho. Para celebrar os novos tempos, cafés, confeitarias, cinematógrafos, galerias de arte e teatros; para educar mentes e corpos, letras.

---

<sup>5</sup> Segundo Jean Starobinski, o conceito de *civilização* remonta o seu primeiro emprego ao século XVI. Embora possua variáveis empregos e tensões, como definição geral, Starobinski afirma ser *civilização* uma evolução material, um aprimoramento do conjunto de leis, no trato entre homens, nas relações sociais. Suscita disputas e mobilizações em torno da sua apropriação, revestindo-se de uma áurea sagrada e homogeneizante. Para este estudo, faz-se pertinente a acepção exposta por Starobinski, definida na França pós-Revolução, e que se estendeu ao mundo pelo século XX, inclusive para o Brasil dos anos 1900: republicano, tendo na cultura francesa o seu modelo. (STAROBINSKI, 2001, p. 37). Sobretudo, de acordo com o linguista, é um conceito indissociável pelo seu reverso, seu oposto: a barbárie. Starobinski afirma que: “tudo que não é a civilização, tudo que lhe resiste, tudo que a ameaça figura de monstro ou de mal absoluto. Na excitação da eloquência, torna-se permissível reclamar o sacrifício supremo em nome da civilização. O que significa dizer que o serviço ou defesa da civilização poderão, eventualmente, legitimar o recurso à violência. O anticivilizado, o bárbaro, devem ser postos fora de condição de prejudicar, se não podem ser educados ou convertidos.” (STAROBINSKI, 2001, p. 33). Na disputa entre a *civilization* (civilização) e a *kultur* (cultura), em tempos de imperialismo europeu, tal aspecto da incorporação do conceito de *civilização* nas sociedades, compôs o cenário que antecedeu a Primeira Guerra Mundial.

A cena intelectual carioca engajou-se no movimento civilizatório empreendido pelos políticos da capital, tornando-se parte fundamental deste. Contribuíram com críticas e aplausos, mas seu aporte mais valioso foi a legitimação e divulgação dos valores a serem incorporados pela população. Era o elo precioso entre os governantes e a massa, num contexto político e social em que estas não poderiam ser ignoradas, mas, sim, convencidas. Publicavam na imprensa - industrializada e massificada em inícios do século XX – as certezas dos novos tempos: a infalibilidade do progresso, o cientificismo necessário, o racionalismo inerente; a condenação às “crendices” e aos “maus hábitos” do povo; as teorias filosóficas, sociológicas e raciais necessárias para analisar o país, identificar suas falhas e fraquezas, eliminá-las por completo e entrega-lo renovado nos braços da Civilização.

Nesse sentido, a intelectualidade alocada no Rio de Janeiro incorporou de maneira profunda os valores da *Belle Époque*. Fosse através das temáticas trabalhadas nos romances, nas colunas escritas para os jornais populares, ou mesmo através das modificações vistas nos hábitos e vestimentas dos próprios intelectuais, estes transformaram-se, em sua maioria, em arautos da modernidade e pensadores das determinações do século XX. Sua postura não era de apenas meros expectadores, mas de implementadores das mudanças que julgavam necessárias, inculcando-as nas mentalidades. Seu papel era ativo e político.

Embora afastados dos altos cargos do governo, alijados pela lógica oligárquica de condução do Estado republicano, os intelectuais do Rio de Janeiro encontraram outros meios de exercer poder. Nas redações dos periódicos, nos clubes literários, nas associações de diferentes naturezas, atuavam como *grupo de pressão* sobre a República<sup>6</sup>. Ora criticavam, ora corroboravam os atos dos dirigentes nacionais, absortos na modernização civilizadora do Brasil, sobre a qual possuíam, sim, concepções heterogêneas a respeito das suas práticas e representações.

Todas as posturas intelectuais eram revestidas pelo verniz nacionalista. Afinal, afirmavam agir e pensar em nome do progresso nacional. No início do século XX, inúmeras eram as matizes do nacionalismo no Brasil: o ufanismo romântico, originário de 1870; o jacobinismo, surgido ao longo do governo de Floriano Peixoto; dentre outros. Álvaro Bomílcar, em sua obra *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*, publicado em 1920, elegeu ainda três pensamentos nacionalistas, caracterizados por ele como *equivocados*:

---

<sup>6</sup> Segundo a conceitualização geral apresentada por Jean Meynaud, os grupos de pressão “evocam as lutas travadas para tornar as decisões dos poderes públicos consentâneas com os interesses ou as ideias de uma categoria social qualquer” (MEYNAUD, 1966, p. 7). Tal definição encaixa-se nas ações e atribuições exercidas pela intelectualidade brasileira, e, em específico, a que atuava na cidade do Rio de Janeiro, em idos da Primeira República.

*jacobinismo português*, em que o Brasil era interpretado como pátria-irmã de Portugal e a ela atrelada por laços culturais e de sangue; o *germanófilo*, exaltador dos benefícios trazidos ao Brasil pela colonização alemã, e profundo admirador da organização político-comercial teutônica; e o *nacionalismo raça-latina*, que afirmava a herança greco-romana sobre o povo brasileiro, em seu viés cultural e racial. (BOMÍLCAR apud OLIVEIRA, 1990, p. 134-138). A partir de agosto de 1914, essas duas últimas foram catapultadas à evidência, conforme observado adiante.

## ENTRE GERMANÓFILOS E ALIADÓFILOS

O início da Primeira Guerra Mundial deu-se nesse contexto político-cultural, e abalou o *tempo das certezas*<sup>7</sup>. A surpresa diante da confirmação do conflito envolvendo as principais potências da Europa, bem como pela violência e pela destruição que se seguiu, gerou entre o meio letrado brasileiro uma contestação dos modelos intelectuais daquele continente, dentre os quais se incluíam os pensamentos nacionalistas e os discursos civilizacionais. Afinal, os padrões de progresso, de civilização e de nacionalidade haviam levado França, Inglaterra, Alemanha e outros aos campos de batalha, onde a destruição em massa ruía todo o mundo da *Belle Époque*. No entanto, tal ressignificação pelos intelectuais brasileiros não foi feita abruptamente, e, durante os anos de 1914 e 1919, um profícuo debate se seguiu nos jornais fluminenses a respeito de quais seriam as verdadeiras formas de civilização e nação: se era a França e a Inglaterra, representantes da *Entente* e da cultura greco-romana; se era o Império Alemão, campeão da Tríplice Aliança e herdeiro da cultura germânica; ou se ambos deveriam ser descartados, e novos modelos, erigidos.

Na imprensa da então capital federal da República, trincheiras abriram-se entre *germanófilos* e *aliadófilos*<sup>8</sup>. Os primeiros seriam os defensores das ações da Alemanha na guerra, de seu modelo político e cultural. Como admiradores da *kultur*, reconheciam a importância dos seus intelectuais e cientistas para os avanços vistos no século XX, da mesma forma que ressaltavam a contribuição dos colonos alemães para a economia e para a formação

<sup>7</sup> Tal expressão foi cunhada por Lilia Schwarcz e Angela Marques da Costa, ao analisarem a implantação dos projetos modernizadores no Brasil, entre os anos de 1890 e 1914 (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

<sup>8</sup> Para receber a alcunha de *germanófilo* ou *aliadófilo* precisava não apenas expressar simpatia a um dos lados combatentes. Bastava tecer críticas ou mesmo reconhecer alguma qualidade de um dos beligerantes em guerra para que o seu autor recebesse a denominação. Isto evidencia certo patrulhamento por parte dos envolvidos nas discussões nos periódicos fluminenses a respeito das batalhas iniciadas em 1914.

nacional do Brasil<sup>9</sup>. Ao contrário da ideia corrente na historiografia brasileira, muitos intelectuais brasileiros puseram-se ao lado dos teutos nesse debate: Casimiro de Abreu, Dunshee de Abranches, Mário Pinto Serva, Carlos de Laet, dentre outros. Suas atuações não foram tímidas nesse sentido. Foram a público defender sua favorita no conflito europeu, não apenas nas páginas da imprensa, como nas instituições públicas, conforme o fez o deputado pelo Maranhão, Dunshee de Abranches.

No dia 26 de setembro de 1914, Abranches subiu à tribuna da Câmara dos Deputados e discursou em defesa dos predicados econômicos da Alemanha. Repudiando a aceitação do conflito como uma disputa entre culturas, definiu a guerra como um embate de interesses puramente econômicos, em que as nações aliadas batiam-se contra a prosperidade alemã. Apesar da postura aparentemente pragmática, Abranches teceu elogios às destrezas políticas de Bismarck e Guilherme II, e à competência política de ambos para forjar a grandeza germânica. Criticou, inclusive, a dependência brasileira em relação à França e à Inglaterra, e estipulou os teutos como um exemplo a ser seguido.

A reação ao discurso do deputado foi imediata e rendeu inúmeros respostas e ataques dos *aliadófilos* nas páginas dos jornais fluminenses. Afinal, Dunshee de Abranches havia acometido contra preceitos caros a esse grupo. Os *aliadófilos* demonstravam, em geral, apreço pelas expressões culturais britânicas e, sobretudo, francesas. Ressaltavam, também, a influência das civilizações clássicas na formação político-cultural dos países modernos, entre os quais incluíam o Brasil. O artigo escrito por Graça Aranha, também em 1914, é representativo dos argumentos comumente utilizados pelos defensores de França e seus aliados. O diplomata – e futuro membro-fundador da Liga pelos Aliados – utilizou uma linha de raciocínio oposta a de Dunshee de Abranches: a guerra europeia tratava-se, sim, de um confronto cultural. E um confronto, nas palavras do autor, definitivo.

Em “A grandeza e a piedade de Paris”, levado a público pelo *Jornal do Comércio*, em dezembro daquele ano, a Cidade Luz era a Atenas moderna, e a França, a herdeira da civilização helênica, replicando a importância mundial que na Antiguidade a Grécia obtivera. “Fora do seu ritmo, tudo nos parece bárbaro e barroco”, afirmou Aranha (ARANHA, 1914, p. 2). E, assim, tudo o que escapava às determinações da França não eram dignas de valor, muito menos os que se proclamaram abertamente como seus inimigos. A Alemanha, para o diplomata, era a barbárie, a força e a ambição pelo domínio. A guerra do século XX nada

---

<sup>9</sup>Em tradução livre, a palavra significa “cultura”. No entanto, o termo é utilizado nas fontes em sua língua original, pois determinava as especificidades da cultura alemã. Em geral, era aplicado em contraponto a *civilization* (civilização), cunhada para apontar a cultura francesa (BOER, 2007, p. 125).



mais era do que a continuação das batalhas germânicas iniciadas no período antigo, para destruírem a cultura clássica, representadas na modernidade pela França. Para Aranha, ao mundo restava a defesa do ideal francês, como forma de evitar a destruição da civilização moderna.

Pode-se afirmar que esses debates refletiram, em certo ponto, as dissidências percebidas entre os conceitos de *civilização* e *kultur* naquele período. No século XIX e início do XX, a palavra *civilização* foi definida segundo os padrões culturais e intelectuais da França, e, sob essa acepção, levada ao restante do mundo. Conforme Pim den Boer, o conceito sofreu um processo de “nacionalização” nesse mesmo período, sendo posto a serviço dos interesses dos Estados nacionais. A norma francesa de *civilização* sofreu antagonismos, dos quais o mais célebre foi o conceito de *kultur*, entendida como a cultura pura da Alemanha. Teóricos alemães debruçaram-se na definição do termo, atrelada à valorização do indivíduo e feita em oposição ao conceito de *civilização*, associado, não obstante, a corrupção da cultura ocidental (BOER, 2007, p. 127). A Primeira Guerra Mundial significou o ápice do embate entre esses dois conceitos, traduzindo as batalhas militares como uma luta de representações culturais.

## A LIGA BRASILEIRA PELOS ALIADOS E O “PERIGO ALEMÃO”

Os conflitos entre as opiniões de *germanófilos* e *aliadófilos*, dessa forma, eram inevitáveis. E tornaram-se mais acirrados quando a Liga Brasileira pelos Aliados foi fundada. As poucas palavras que compunham o termo de adesão da entidade confirmam a finalidade da sua existência:

Por estarmos convencidos que na guerra atual a verdade, a justiça e a razão estão com as nações, que, aliadas, combatem o militarismo e o imperialismo alemães, declaramos aderir à fundação de uma liga, com o fim de prestar assistência moral e beneficências a essas nações ([s/d], 1915, p. 3).

Ignorando a neutralidade assumida pelo governo brasileiro no confronto europeu, o novo órgão pretendia demonstrar apoio público aos países aliados e às suas condutas beligerantes por motivos bem explicitados naqueles dizeres<sup>10</sup>. Para a Liga, a guerra

---

<sup>10</sup> Em 4 de agosto de 1914, apenas alguns dias após a deflagração da guerra europeia, o então presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, expediu o decreto nº 11.037, estabelecendo a neutralidade brasileira

determinou lados distintos, em que se encontravam o bem e o mal: o primeiro representado pela Tríplice *Entente*, o segundo, pelos Impérios Centrais, a Alemanha, sobretudo.

Para defender e propagandear o seu ponto de vista sobre o conflito, ao longo dos seus cinco anos de atuação, a Liga utilizou diferentes estratégias. A mais corrente foi a publicação de boletins na imprensa fluminense, relatando avisos de reuniões, moções, divulgação de eventos, correspondências enviadas ou recebidas. Esses comunicados eram publicados em diferentes jornais, como *A Rua*, *O Imparcial*, *A Noite*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Comércio*; e não tinham uma regularidade previamente estabelecida. Além dos boletins, a associação publicou panfletos, contendo artigos e palestras dos seus consócios. Entre 1915 e 1918, foram doze panfletos, cuja temática variava entre homenagens às culturas de França e Inglaterra, supostos crimes de guerra cometidos pelas tropas alemães, até exortações a posicionamentos mais enérgicos dos países americanos no conflito e pedidos de compra de títulos de doação aos exércitos aliados.

Além da palavra escrita, a palavra falada foi um importante método utilizado pela Liga nos seus anos iniciais de existência. Muitas conferências foram realizadas, em locais de ampla circulação da elite carioca, como o Teatro Municipal, o Teatro Lírico, o Teatro Recreio, o Circle de Français e o salão do Jornal do Comércio. A natureza desses eventos era, em sua maioria, beneficente, visando arrecadar doações monetárias às forças da *Entente*. Os conferencistas variavam entre sócios das entidades e convidados, pessoas da cena intelectual brasileira e internacional. Nesses últimos casos, a nacionalidade era, ora francesa, ora belga: padres, artistas, testemunhas oculares das batalhas. Os temas trabalhados nos eventos também variavam: análises a respeito das causas da guerra, sob a perspectiva aliada, obviamente; narrativas heroicas envolvendo soldados da *Entente*; e, hipotéticos casos de atos criminosos de alemães nas zonas de conflito.

Nesses eventos públicos, muitas vezes grandiosos, não foram raras as ocasiões em que compareceram representantes diplomáticos da França, Bélgica e Inglaterra. Como emissários dos países contemplados com os elogiosos discursos, e interessados nas perspectivas negativas apresentadas sobre os seus inimigos, os agentes das referidas legações demonstravam apoio público aos atos da Liga, sobretudo a legação do rei Alberto I. Adhémar Delcoigne, ministro plenipotenciário daquele reino, expressava sua conformação com as atividades do grupo, enviando material de propaganda para ser divulgado e mesmo criando

---

diante dos beligerantes. Sobre esta decisão, pode-se inferir a necessidade do governo brasileiro em manter boas relações com os dois países que contribuía mais diretamente para renda anual do Brasil - Inglaterra e Alemanha -, que, naquele momento, encontravam-se em lados opostos do *front*.

uma comissão de belgas residentes no Brasil para auxiliar a entidade no que fosse necessário. Para este país, também, foram enviadas generosas remessas de dinheiro destinadas a auxiliar a população, arrecadadas pelos membros da Liga nas ocasiões acima mencionadas.

Nos discursos da Liga, escritos ou orais, a associação assumiu uma postura crítica às ações do Segundo Reich, a quem culpava diretamente pela eclosão da guerra. De acordo com a entidade, o militarismo dos alemães, sua ambição desmedida e seu sentimento de superioridade sobre os demais povos arrastaram o continente a uma guerra cujo caráter diferenciava-se, de acordo com os participantes: ofensiva para os teutos, defensiva para os Aliados. A crítica da associação aos motivos alemães assumia, não raro, um tom de reprovação à *kultur*, em que a valorização da disciplina e da ordem gerou uma mentalidade belicosa e uma atitude desdenhosa para com as demais culturas, expressa nos avanços tecnológicos e nas manifestações filosóficas daquele país.

Em diversas ocasiões, os sócios da Liga empunharam as contrastes entre *Kultur* e *civilização* para validarem suas posições. No mês de abril de 1915, a entidade ofereceu uma festa em homenagem ao senador francês Pierre Baudin e em benefício da Cruz Vermelha francesa<sup>11</sup>. No evento, discursou Irineu Machado, membro da comissão executiva da entidade. Entre elogios rendidos ao homenageado da noite e denúncias contra o imperialismo alemão, o orador afirmou as diferenças culturais entre o Império Alemão e a terra natal de Baudin. A *civilização*, relacionada ao arquétipo francês, foi associada aos valores democráticos, ao liberalismo, ao progresso, à beleza, enquanto a cultura alemã era promulgadora do egoísmo, da filosofia fria e pragmática, do culto à força. Irineu Machado afirmou:

Amamos a civilização que os aliados defendem, porque ela desembaraçou a longa estrada do progresso humano, libertando-nos dos selvagens em Poltiers, defendendo a um tempo as fronteiras do território francês e a integridade moral e étnica da raça latina. [...] Às hipóteses, às divagações intermináveis da filosofia alemã, nós preferimos as conclusões científicas do saber cartesiano; às preocupações egoísticas da filosofia alemã, preferimos os nobres surtos da filosofia igualitária da França; às sugestões sanguinárias, ferrenhas, corcundas, da filosofia alemã, nós preferimos as conclusões práticas e liberais do espírito inglês. ([s/d], 1915, p. 2)

Para explicar a suposta adesão incontestável dos brasileiros à causa francesa, não se furtou em determinar uma afinidade cultural entre os dois países, veiculadas pelas origens greco-latinas de suas políticas e culturas. E não apenas o reconhecimento aproximava Brasil e França, mas as ameaças que ambos sofriam diante da Alemanha. Enquanto o país europeu

---

<sup>11</sup> O senador Pierre Baudin veio ao Brasil naquele ano, liderando uma missão com o intuito de estreitar os laços econômicos e políticos com a França.

abalava-se por motivos óbvios, o Brasil era atacado, segundo Irineu Machado, por um perigo endógeno, como evidencia-se na seguinte passagem:

É certo que em nosso país existem algumas aldeias, algumas pequenas cidade, e muitos poucos núcleos coloniais onde alguns milhares de alemães se segregaram da comunhão brasileira e, ignorando a nossa língua e falando exclusivamente a sua horrível língua natal, sonharam talvez iniciar ente nós os seus sistemas de espionagem, de absorção, de prussificação./ Ah! Que belo esforço perdido, que ilusão, que utopia foi – o sonho teutônico dessa “Alemanha Austral”! ([s/d], 1915, p. 2)

A partir do ano de 1916, a associação apresentou uma postura mais agressiva quanto às críticas ao Império Alemão e ao posicionamento brasileiro na guerra. Fatores internos e externos à entidade influenciaram a mudança. O terceiro ano do conflito marcava o recrudescimento das ações belicosas, e surpreendia a comunidade internacional por sua longevidade, uma vez que havia sido anunciada por ambos os lados beligerantes como uma *guerra rápida*. Seus efeitos negativos estendiam-se a todo o mundo ocidental; aos países neutros, representava um grande prejuízo econômico, com a restrição às suas atividades comerciais e financeiras.

Para o Brasil, a guerra significou não só a perda dos principais compradores de seus produtos agrícolas. O país amargou com a *Black List* imposta pelo governo britânico, que coibia o seu comércio com a Europa, confiscando as mercadorias brasileiras que julgava ser destinadas ao abastecimento dos países rivais. Além disso, sofreu inúmeras pressões, sobretudo da Grã-Bretanha, para que tomasse atitudes violadoras da sua posição assumida em 1914, atitudes estas que incluíam confiscar bens e dividendos de pessoas físicas e jurídicas de nacionalidade inimiga.

Em fevereiro daquele ano, José Veríssimo faleceu abruptamente, deixando vago o cargo de vice-presidente e líder efetivo da Liga. Uma série de dissensões ocorreu no seio do grupo, ocasionando substituições e afastamentos, tendo, por fim, Antônio Reis Carvalho assumido as funções antes exercidas pelo crítico literário<sup>12</sup>. Reis Carvalho imprimiu ao discurso da associação um tom acima do usualmente utilizado pelo seu predecessor: as cobranças para que o Brasil aderisse ao conflito apoiando os Aliados tornaram-se mais frequentes, assim como as repreensões ao Segundo Reich, estendidas com mais frequência aos imigrantes alemães alocados no país.

---

<sup>12</sup> Nos meses que se seguiram ao desaparecimento de José Veríssimo, os sócios Nestor Victor, Afrânio Peixoto e Dias de Barros afastaram-se da associação, não sem antes tecerem duras críticas aos novos rumos tomados.

Dessa forma, reforçava-se a ideia do “perigo alemão”. Esta circulava no seio da intelectualidade brasileira desde o final do século XIX, menosprezada por uns e atestada por outros<sup>13</sup>. Tal tese consistia na imaginada existência de um plano separatista das colônias germânicas concentradas no sul do Brasil, visando tornar a região independente politicamente. Muitas vezes, essa teoria conspiratória incluía o Segundo Reich no seu raciocínio, onde a separação do sul seria uma das etapas de um plano pangermanista de dominação mundial.

O crítico literário Sílvio Romero foi uma das primeiras vozes a alertar contra aquela suposta ameaça, ainda no final do século XIX. Na sua concepção, a diferença cultural e racial existente entre os alemães e os brasileiros, tornava o imigrante germânico inassimilável, fomentando o isolamento desses núcleos imigrantes. Tais comunidades, prósperas economicamente e apartadas da sociedade brasileira, buscariam a independência política, fracionando o território nacional (ROMERO, 1902, p. 34-45). Esta definição do “perigo alemão” foi defendida por Romero, primeiramente, numa conferência no Real Gabinete Português de Leitura, intitulada *O elemento português no Brasil*, e em parte modificada posteriormente, em 1906, quando publicada no livreto *O alemanismo no sul do Brasil*<sup>14</sup>.

Nessa publicação, o autor atestava que o desejo dos colonos alemães de tornarem-se independentes estava intimamente relacionado ao plano pangermânico do Império Alemão, voltado para conquistar tanto colônias no sentido clássico, quanto ocupar áreas despovoadas de países independentes, mantidas, dessa maneira, sob a influência econômica do Reich. Esta, segundo Romero, era a categoria em que se encontrava a região sul do Brasil (ROMERO, 1910, p. 124-125)<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> A tese do “perigo alemão” foi francamente desacreditada por vários homens de letras do país. Euclides da Cunha classificou tal ameaça como um “imperialismo platônico”, afirmando: “Um simples, o mais apagado lance de vista sobre o atual momento histórico, revela que a Alemanha não pode abalançar-se, tão cedo, a empresas de tal porte”. Outro que também via com ceticismo o “perigo alemão” foi Alcides Munhoz, que combateu as afirmações de Sílvio Romero sobre as ambições imperialistas da Alemanha em solo tropical, atribuindo as denúncias do crítico sergipano à sua ignorância da realidade social brasileira (MARTINS, 1978, p. 330-332).

<sup>14</sup> Na conferência, Sílvio Romero defendeu a priorização da corrente migratória lusitana sobre as demais nacionalidades. O português, segundo Romero, merecia preferência por sua compatibilidade cultural, uma vez sendo o Brasil uma nação luso-americana. O estímulo à vinda de imigrantes de outras procedências, de culturas incompatíveis, não era apenas uma interrupção à evolução histórica, política e social do país, como uma ameaça à integridade pátria, de acordo com a lógica do conferencista. (ROMERO, 1902, p. 12-21).

<sup>15</sup> O receio de alguns intelectuais brasileiros diante do “perigo alemão” não era de todo infundado. Seyferth (1993) afirma que, por volta do ano de 1890, a ideia do pangermanismo e da superioridade racial dos alemães difundiu-se pelas colônias germânicas do sul do Brasil, através da propaganda da Liga Pangermânica, instituída na Alemanha ao final do século XIX. A associação defendia a tese do espaço vital, a superioridade germânica e o pertencimento ao Império Alemão de qualquer comunidade onde houvesse súditos alocados. A retórica da Liga Pangermânica era reforçada por teóricos germânicos, que defendiam a colonização das repúblicas sul-americanas, publicando livros e artigos enunciando essas propostas. Dentre estes, menciona-se a obra de Otto Tannenber, largamente citada pelos defensores da existência do “perigo alemão”, *Gross-Deutschland die arbeit des 20*, publicada em 1911, contendo um mapa da América do Sul, com a região Sul do Brasil marcada como

A Liga pelos Aliados compartilhava desta segunda interpretação acerca do “perigo alemão”. Para a associação, o imperialismo promovido pelo Estado teutônico pretendia estender seus domínios sobre a região sul do país, com o auxílio dos seus súditos ali instalados, conforme o projetado por um plano pangermanista de dominação mundial. Embora secundário, foi um tema sempre presente em seus boletins e no discurso dos seus principais consócios, conforme fica evidente na fala de Irineu Machado, acima exposta.

Quando da eclosão da guerra, José Veríssimo, que de longa data expressava sua preocupação com a unidade do território brasileiro, dedicou-se a denunciar a existência da ameaça germânica. Um mês antes da formação da Liga, em 14 de fevereiro de 1915, publicou no *Jornal do Comércio* o artigo “O perigo alemão”, em que alertava os leitores dos malefícios da concentração dos colonos teutônicos no sul do país. Veríssimo culpava a equivocada política imigratória e de povoamento desenvolvida pelos sucessivos governos por aquela situação, mas reconhecia também a contribuição do caráter nacional dos alemães, que “escondem um fundo e enorme orgulho de raça, e um inconcusso sentimento da sua superioridade em relação a nós” (VERÍSSIMO, 1915, p. 4). Corpos estranhos dentro do organismo brasileiro, segundo a linguagem biológica do preocupado autor, e insuflados pelo “firme propósito de predomínio mundial” do seu Império, enquanto não fossem abrazeirados por ações sistemáticas do Estado, os imigrantes alemães seriam um fator de enfraquecimento da unidade nacional e uma contribuição para o aumento das dissidências entre o norte e o sul do país (VERÍSSIMO, 1915, p. 4). A inconsistência da nacionalidade brasileira aumentava o potencial da ameaça das colônias alemãs, quando comparada à sua presença em outros países, mais solidamente constituídos, como os Estados Unidos. No entender de Veríssimo:

Ora, se isto se passa nessa vigorosa nação que é os Estados Unidos, com toda a sua formidável capacidade de assimilação dos elementos estrangeiros, que seria no Brasil, “imberbe e fraco”, se nós continuássemos a errada política de amontoar alemães e favorecer lhes o bom sucesso, esquecidos de que ainda naturalizados, e até aparentemente nacionalizados brasileiros, eles não deixam de ser alemães, e, dado a ocasião, prontos a sobrepor os interesses da Alemanha aos nossos (VERÍSSIMO, 1915, p. 4).

Em 1917, Graça Aranha prefaciou a obra *O plano pangermanista desmascarado: terrível farsa berlinesa da “partida nula”*, do cientista político francês André Chéradame, lançado no Brasil pela conhecida Livraria e Editora Garnier. No texto, além de corroborar a

---

território alemão. As ações da Liga Pangermânica, somadas às teorias desses publicistas e às denúncias estadunidenses e britânicas das intenções imperialistas da Alemanha no continente sul-americano, contribuíram para reforçar as desconfianças em relação aos imigrantes alemães.

denúncia do autor francês sobre a existência de um plano alemão de dominação mundial, Aranha acusava os imigrantes alemães, bem como comerciantes, professores, cónsules e até religiosos, de serem agentes do Kaiser Guilherme II em terras brasileiras, visando instituir a Alemanha Austral, que se estenderia do Brasil meridional até o extremo sul do continente americano (CHÉRADAME, 1917, p. XVII-XXII).

O livro de André Chéradame, como um evidente material de propaganda aliada, continha em sua versão para a Língua Portuguesa a reprodução do mapa de Tannenberg, mostrando que, em 1950, a regiões do centro-sul do Brasil, o Chile, o Paraguai, a Bolívia e a Argentina seriam territórios alemães. Como adendo, o livro possuía excertos de obras germânicas, afirmando os direitos do Reich sobre os territórios sul-americanos, cujas menções detratórias dos países ali estabelecidos eram destacadas em letras garrafais; trechos de leis e discursos pronunciados no Reichstag; excertos de reportagens veiculadas na imprensa teuta (CHÉRADAME, 1917, p. XXXIII-XLII). Isto é, falas dispostas de maneira a convencer o leitor da existência do “perigo alemão” e, assim, apoiar a conclusão de Graça Aranha no mencionado prefácio: a imediata declaração de guerra ao Império Alemão, como única forma de impedir a concretização do projeto pangermanista no Brasil.

Outubro daquele ano veio a atender as expectativas do diplomata, com a entrada brasileira no conflito ao lado de França e Inglaterra. Diante da situação nacional de beligerância, a Liga pelos Aliados intensificou suas ressalvas aos imigrantes alemães e a afirmação da existência do “perigo alemão”. No entanto, não se conformou em apenas denunciá-la, mas exigir do governo federal atitudes preventivas contra sua suposta concretização, e acusa-lo de negligência, quando suas demandas não eram atendidas.

Em 1918, a entidade censurou a União por manter-se inerte diante do alegado problema. De acordo com a Liga, a postura relapsa do governo federal agravava-se por sua condição de beligerante, o que fica expresso nos seguintes termos, elaborados por Reis Carvalho: após inúmeras campanhas e lutas para que o país se tornasse um combatente da “Santa Causa Aliada” – movimento cujo sucesso foi atribuído à iniciativa da associação –, o Brasil continuava a ser “mais um ex-neutro, do que um completo aliado” (CARVALHO, 1918, p. 9)<sup>16</sup>. Para a Liga, os resultados da entrada na guerra não correspondiam “aos

---

<sup>16</sup> Dentre os sucessos que a Liga gabava-se por atingir, constava a saída de Lauro Müller do cargo de ministro das Relações Exteriores. Sobre o episódio, Reis Carvalho afirmou: “Era então Ministro do Exterior o Teuto-Brasileiro Sr. Lauro Müller, a cuja influência perniciosa o Brasil deve o não ter procedido como devera desde o princípio, a favor da causa aliada [...]. Tal Ministro agiu tanto, que o Sr. Presidente da República chegou a assinar, referendado por esse ministro, o celeberrimo decreto em que o Brasil, de relações rotas com a Alemanha, se declarava neutro na guerra entre os Estados Unidos e a Alemanha! Felizmente a Liga Brasileira pelos Aliados não ficou inativa. Em reiteradas moções sugeriu ao Governo medidas enérgicas e imediatas. Indicou-lhe mesmo

legítimos ideais da nossa propaganda”, e os governantes não estavam “impregnados do verdadeiro espírito aliado” (CARVALHO, 1918, p. 9). O motivo do reclame era o mesmo que o da moção anterior, isto é, a indolência do governo diante do “perigo alemão”:

Os Alemães persistem na sua obra de penetração econômica, às ocultas e mesmo às claras, secundada pelos Teuto-Brasileiros e mais germanófilos que se proclamam, para encobrir a germanofilia, Brasileiro acima de tudo. Ainda mais: deve estar medrando a espionagem polimorfa de que os Teutos são mestres consumados (CARVALHO, 1918, p. 9).

Antes de elencar as atividades da associação no ano que se passara, Reis Carvalho fazia a sua profissão de fé, afirmando a continuidade das suas reivindicações. “Apesar disso, ou antes, por isso mesmo, a Liga não cessará a sua luta”, dizia o boletim: o alerta e a mobilização do governo contra o “perigo alemão” tornou-se a nova incumbência da entidade, porque essa ameaça, de acordo com a sua interpretação, não afetava apenas o Brasil, mas o sucesso da causa aliada. Como grupo de pressão, as demandas perante os membros do Estado eram constantes.

No mês de maio de 1918, Reis Carvalho enviou ao então ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, uma representação, publicada posteriormente no jornal *A Rua*. O documento era assinado pela diretoria da Liga, e consistia em um reclame por duras medidas militares e econômicas contra o “perigo alemão”, reiterando as moções precedentes<sup>17</sup>. Segundo o documento, a tímida contribuição brasileira para a vitória aliada poderia ser contornada, desde que o governo se dispusesse a tomar providências contra a Alemanha, o que no entender da Liga representava reprimir as colônias germânicas em solo brasileiro.

Sugeria, primeiramente, a coerção pela força, em que os militares brasileiros deveriam coibir qualquer tentativa de sublevação dos núcleos coloniais de origem germânica contra a

---

a demissão do Sr. Lauro Müller e promoveu imponente manifestação popular ao Senador Rui Barbosa, órgão máximo da Liga, como seu presidente que é, desde a fundação, em 17 de Março de 1915. A maioria dos jornais do Rio e dos Estados secundaram a campanha. E em breves dias a política internacional mudou. Da pasta do Exterior demitiu-se o Sr. Lauro Müller e para substituí-lo foi nomeado o Sr. Nilo Peçanha. A Liga pelos Aliados foi ouvida na pessoa do seu Presidente, o Senador Rui Barbosa.” (CARVALHO, 1918, p. 9). Os ataques contra Lauro Müller persistiram. Nos manifestos em que a Liga requisitava o afastamento dos membros do governo e do funcionalismo público que haviam tomado uma postura pró-Alemanha, o ex-ministro era comumente mencionado, sendo a resistência do governo brasileiro em adotar as medidas sugeridas contra os alemães, segundo a entidade, uma herança da sua gestão.

<sup>17</sup> A moção seria publicada novamente, em setembro, no *Jornal do Comércio*, reafirmando as reivindicações ao ministro das Relações Exteriores, não sem antes queixar-se pela indiferença às suas propostas. O prólogo adicionado àquele texto insistia na demissão dos funcionários públicos que haviam dado mostra de germanofilismo, e nas restrições aos alemães no país, que zombavam, segundo o texto, da “verdadeira nação, que sempre fora aliada”, conforme explicita a passagem que segue: “Será possível que continue e cada vez mais se acentua o desejo boche, manifestado em palestra autêntica, ouvida por membros da Liga, a dois Alemães: ‘que os Brasileiros vão para a guerra, é melhor; ficaremos aqui guardando a casa!’”. Não queremos acredita-lo a fim de não fazer contra o Governo juízos temerários”. (CARVALHO, 1918, p. 8).



integridade nacional. Essa ação seria permissível, uma vez que os teuto-brasileiros eram considerados pela entidade reservas do exército teuto em solo nacional. A agressividade contra os germânicos e sua prole se expressou na seguinte passagem:

Contra a ação agressiva desses traidores – conscientes ou inconscientes, não importa – é que devem estar preparados o exército e a armada do Brasil a fim de os expulsar do seu meio, de os conter, de os repelir e de os esmagar na primeira oportunidade, se ousarem qualquer movimento armado em prol da criminosa causa germânica (CARVALHO, 1918, p. 5).

No entanto, o documento atestava que a principal colaboração do Brasil deveria ser a proibição de atividades econômicas por parte daqueles colonos. Nesse ponto, a Liga afirmava que a vitória sobre o plano pangermanista de dominação mundial só seria concretizada com o aniquilamento do poderio econômico do Império Alemão, “O industrial é o precursor do soldado”, afirmou, numa tentativa de demonstrar a ameaça contida nos laços econômicos atados com a Alemanha (CARVALHO, 1918, p. 5). Dessa forma, reiterava a necessidade do governo brasileiro de proibir o desenvolvimento de atividades econômicas por alemães, sequestrando seus bens e dividendos. E que tal ação não fosse perpetrada apenas contra os capitalistas e proprietários de origem teutônica, mas contra qualquer forma de associação desses imigrantes, fossem laicas, religiosas, militares e civis. Eram medidas urgentes, em conformidade com a causa aliada, e com a segurança nacional, como acreditavam.

Estas requisições permaneceram na pauta da Liga até a sua dissolução, no ano de 1919. Após a assinatura do Tratado de Versalhes, os remanescentes de seu quadro de sócios – dispersos aos longos dos anos – decidiram encerrar as atividades da entidade, não sem antes realizar uma última ressalva ao governo brasileiro: a premência de se conter os avanços e desenvolvimentos dos colonos teutos sobre o território, para evitar que, um dia, o “perigo alemão” viesse a se concretizar ([s/d], 1919, p. 6).

Analisando as atividades e os discursos da Liga Brasileira pelos Aliados, percebem-se ideias de nacionalidade caras à intelectualidade brasileira ao final do século XIX e início do século XX. O pensamento nacionalista embutiu-se nas afirmações da associação desde o seu primeiro boletim, nas preocupações que expressou ao longo dos seus anos de existência, na condução do debate acerca do Grande Guerra. Elencar os Aliados como o bloco de combatentes digno de apoio não tem a ver exclusivamente com a famigerada admiração pela cultura francesa. Com os Aliados, de acordo com a lógica da Liga, estavam as raízes históricas do Brasil, de sua sociedade, de sua moral, de sua língua, do seu direito e do seu regime político. Afinal, a República dos trópicos autoproclamava-se como o legítimo modo

governamental brasileiro, comprovado por suas origens greco-latinas, democráticas e participativas. Para os integrantes da Liga, republicanos majoritariamente, defender a *Entente* era defender a *civilização*, na acepção francesa do termo, da qual o Brasil fazia parte por laços de sangue, ou, pelo menos, almejava ardentemente provar a sua pertença.

A insistência na veracidade do “perigo alemão” revela, ainda, outras inquietações com o arquétipo nacional, composta por língua, território e história unificados. Devido às inúmeras revoltas que se seguiram à proclamação da República, às contradições do sistema federalista e mesmo ao imperialismo das grandes potências, manter o território coeso e impedir a sua fragmentação era um dos principais temas a que os intelectuais dedicavam os seus esforços. Para manter a unidade física, era necessário manter a unidade simbólica, e, nesse aspecto, o compartilhamento da língua e outros aspectos culturais eram imprescindíveis. Como já fora afirmado, para a Liga pelos Aliados, a cultura brasileira estava deitada sobre o berço greco-latino, e, qualquer elemento dissidente, oposto, deveria ser extirpado ou contido. Tudo em nome da segurança da *sua* Nação: branca, liberal, republicana, civilizada.

Se, para alguns grupos sociais, a Primeira Guerra Mundial serviu como catalizador de mudanças mentais, sinal dos novos tempos que viriam, para outros, foi a confirmação de antigas certezas. Os membros da Liga pelos Aliados, ao menos durante aqueles longos quatro anos, aferraram-se às ideias de civilização e nação trazidas da Europa, à ligação brasileira com o Velho Continente como forma de legitimar o país em que viviam. O baixar das armas revelaria a inevitabilidade das transformações que estavam por vir, para o Brasil, para o mundo e para aqueles homens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Dunshee. *A conflagração europeia e as suas causas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANHA, Graça. A grandeza e a piedade de Paris. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1914. p. 2.

ÁZEMA, Jean Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 401-439.

BOER, Pim den. Civilização: comparando conceitos e identidades. In: JASMIN, Marcelo; JÚNIOR, João Feres. *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2007. p. 121-128.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

CARVALHO, Antônio Reis. Liga Brasileira pelos Aliados. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1916. p. 5.

\_\_\_\_\_. Liga Brasileira pelos Aliados. Relatório do 2º ano: 17 de março de 1917-17 de março de 1918. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 de março de 1918. p. 9.

\_\_\_\_\_. Liga Brasileira pelos Aliados. Uma representação ao Sr. Ministro do Exterior. *A Rua*, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1918. p. 5.

[s/d]. Liga Brasileira pelos Aliados. A sua dissolução. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1919. p. 6.

CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado: a terrível cilada berlineza da partida nula*. Paris: Garnier, 1917.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DUTRA, Eliane de Freitas. *Rebeldes literários. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GÉRTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

[s/d] Liga Brasileira pelos Aliados. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1915. p. 3.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978.

[s/d] Missão Baudin. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1915. p. 2.

MEYNAUD, Jean. *Os grupos de pressão*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1966.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROMERO, Sílvio. *O Elemento português no sul do Brasil*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional, 1902.

\_\_\_\_\_. O alemanismo no sul do Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Provocações e debates*. Porto: Chardron, 1910. p. 115-163.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Braziliense, 1999.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VERÍSSIMO, José. O perigo alemão. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1915. p. 4.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

ARTIGO ENVIADO EM: 04/02/2015  
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 15/05/2015